

Tete

O El dorado enfrenta danos sociais

Por Raul Senda

A população de Tete e Moatize está insatisfeita com o processo e as consequências do reassentamento provocado pela exploração mineira na região. A qualidade das casas, a distância das moradas em relação às machambas e às cidades, o predomínio de estrangeiros nos postos de trabalho e o aumento da criminalidade e da prostituição são as principais queixas dos populares.

Para extrair a mineira Vale transferiu 1313 famílias. "As casas apresentadas à comunidade e ao governo não correspondem as que foram entregues a população. O local do reassentamento não possui espaço para as machambas, para além de Cateme distar 40 quilómetros de Tete e 60 de Moatize, o que implica um gasto de 100 meticais em transporte. Outra questão grave é o desrespeito aos ritos tradicionais na remoção dos corpos", aponta José Tomás, da Associação Moçambicana de Assistência Jurídica no âmbito do seminário *Economia Extractiva, Acesso à Informação e Cidadania*, que reuniu em Tete representantes das comunidades e actores da sociedade civil.

"O acesso ao Cateme é problemático. A estrada é de terra batida, existe uma única entrada e as pontes são antigas, carecem de reabilitação e alargamento para permitir a circulação de pessoas e bens sem risco de acidente. Outro motivo de queixa é a maioria de estrangeiros que ocupam os postos de trabalho", observou Henrique Seven.

A falta de informação e de diálogo entre a população, o governo e a empresa exploradora é outra das constatações da comunidade. "As boas práticas para o reassentamento em áreas de exploração mineral não foram respeitadas, a consulta à população e a criação de consensos para as mudanças foram deficientes. Assiste-se à mudanças radicais na nossa maneira de viver e de estar, com o aumento do custo de vida e da densidade populacional, com a crescente criminalidade e o aumento da prostituição, inclusive infantil. A insatisfação é crescente", assinalou Fernandes de Assis, representante do Fórum das Organizações Não Governamentais de Tete.

A aplicação social dos recursos provenientes da

actividade mineral também foi reivindicada. "Pensamos que a entrega de serviços básicos de qualidade para as famílias e para as crianças deve constituir prioridade do nosso Governo na alocação dos recursos. Estes representam uma oportunidade para puxar a população, e em particular as crianças, para fora da armadilha da pobreza", indicou Assis.

Incentivos desnecessários

A aplicação dos dividendos da exploração através do Orçamento de Estado e os prejuízos em incentivos fiscais são as preocupações do economista Carlos Castel-Branco, director do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). "O governo perde cerca de 500 milhões de dólares em incentivos fiscais desnecessários, pois as empresas vieram para cá atraídas pelo minério e não pelos incentivos. Apenas entre três e cinco por cento dos lucros do capital privado são reinvestidos em Moçambique, enquanto um bilião de dólares são repatriados. O que estes dados mostram é que a economia nacional como um todo não retém nem utiliza em seu favor a riqueza que gera", criticou o economista.

Para Thomas Selemene, do Centro de Integridade Pública (CIP), a prioridade à mineração está a desvalorizar outros sectores. "A agricultura e a produção alimentar, o emprego, a habitação, os transportes e as dinâmicas sociais não estão a receber a orientação que merecem. Não existem sinais, nas cidades ou no meio rural vizinho às zonas mineiras, da redução da pobreza, pelo contrário, observa-se o empobrecimento da população".

A promessa de um *el dorado* provocou o aumento dos fluxos migratórios para Tete e Moatize, o que resulta no crescente desemprego na região. "Os cidadãos devem ser colocados a par do que se passa na região, o processo de desenvolvimento económico apenas será democrático se houver acesso à informação", enfatizou Anne Hoff, directora da IBIS.

Encontrar soluções

"Não há razão para se diabolizar a questão dos megaprojectos, porque estão a contribuir no desenvolvimento do país. Não é verdade que as áreas de reassentamento estão a ficar escassas e nenhuma família foi removida coercivamente, houve diálogo entre as partes envolvidas", disse Albertina Tivane, secretária permanente da província

de Tete.

Os 10 mil postos de emprego criados - dos quais 80% ocupados por moçambicanos, sendo 1600 naturais de Moatize - são apontados pela secretária como indicador do desenvolvimento na região. "Neste momento o mais importante é unir esforços para se encontrar soluções para os problemas", alertou Tivane.

publicidade



Actores da Sociedade Civil que semana passada estiveram reunidos na cidade de Tete para discutir a indústria extractiva

Pro-jovem



Anúncio

FASE PILOTO DO PRO-JOVEM
POSTO ADMINISTRATIVO DA MACHAVA

CARO JOVEM,

O Programa Pró-Jovém, convida a todos os jovens organizados em associações ou singulares do Posto Administrativo da Machava a apresentarem os seus projectos de geração de rendimento e emprego.

Crítérios Gerais de Elegibilidade dos Beneficiários:

- Os beneficiários devem estar na faixa etária dos 18 aos 35 anos de idade;
- Os projectos devem financiar preferencialmente actividades de produção que geram rendimento e emprego;
- Os projectos devem apresentar um plano de amortização da dívida;
- Os projectos devem ser preferencialmente implementados no Posto Administrativo da Machava;
- Possuir NUIT;
- Possuir Conta Bancária.

Crítérios específicos de Elegibilidade dos Beneficiários:

Associações/empresas

- Estarem constituídas e registadas, legalmente, e com uma estrutura de organização e gestão consolidada observável a partir do núcleo central dos membros das associações;
- No acto da candidatura as associações deverão apresentar uma credencial do Conselho da Juventude do Posto Administrativo da Machava;
- A maioria dos membros das associações (75%), deve ser residente no território onde se pretende implementar o projecto, residência que deve ser confirmada pelas autoridades locais;
- As Associações/empresas devem operar no território onde se pretende implementar o projecto;
- Projecto não superior a 100,000.00 MT.

Singulares

- Ter nacionalidade moçambicana;
- Ser residente no território onde pretende implementar o projecto por um período não inferior a 02 anos e confirmada pelas autoridades locais;
- Ser considerado idóneo pelas autoridades administrativas e comunitárias locais;
- Deve ser um projecto capaz de empregar directamente no mínimo 4 a 6 jovens;
- Apresentação da fotocópia de Bilhete de Identidade;
- Registo Criminal;
- Projecto não superior a 50,000.00 MT.

Os projectos devem ser submetidos no Posto Administrativo da Machava, sito na Avenida Lurdes Mutola, n.º 161, telefone 21750242, de 15 de Setembro a 30 de Outubro de 2011, onde funcionará a Comissão de Avaliação Local no âmbito da institucionalização das Plataformas Locais na Cidade da Matola.

A Coordenação
Ilegível

Parceiros:



Patrocinadores:

